



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15642 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT11 - Política da Educação Superior

SUJEITOS DO CAMPO E ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS DE ACESSO NA PERSPECTIVA DOS JOVENS DE OROBÓ-VALENÇA/BA

Carolina Santos Menezes - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Marta Lícia Teles Brito de Jesus - UFBA - Universidade Federal da Bahia

**SUJEITOS DO CAMPO E ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE
POLÍTICAS DE ACESSO NA PERSPECTIVA DOS JOVENS DE OROBÓ-
VALENÇA/BA**

1 INTRODUÇÃO

Desde o princípio, algumas camadas da nossa sociedade tiveram o direito a educação negado, um fator que vem definindo quem tem ou não acesso pleno a esse direito é a classe social. Os povos do campo, estão entre essas classes historicamente marcadas por uma série de negações e foi a base de lutas que essas pessoas conseguiram esse direito.

É desta análise que partimos, compreendendo que vivemos em uma sociedade desigual, onde até mesmo os direitos subjetivos são negados a determinados grupos sociais e que esses direitos precisam ser defendidos e respeitados.

Sendo o direito a educação superior para os povos do campo o nosso foco de estudo, destaca-se o papel crucial que as políticas públicas de acesso têm ocupado na trajetória destes sujeitos, apesar de se reconhecer que ainda há muito por fazer para a real efetivação do acesso dos camponeses a educação em nível superior.

Destaca-se que este estudo é parte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), cujo estudo investiga sobre o acesso de estudantes da comunidade

camponesa Orobó, Valença-BA no ensino superior, na perspectiva das políticas de acesso implementadas recentemente aqui no Brasil.

O trabalho baseia-se em estudo bibliográfico sendo fundamentado por autores que dialogam com a temática em questão, e nos possibilita reflexões sobre a luta histórica dos povos do campo pelo acesso à educação básica e superior. Também se utiliza dados coletados por meio de questionário, parte da primeira etapa da pesquisa de campo da pesquisa mencionada.

2 DESENVOLVIMENTO

Sujeitos do campo e o acesso à educação

Até o início do século XX a educação do nosso país esteve restrita a uma pequena parcela da sociedade, a elite do país, deste modo, estando inacessível para a grande maioria da população, como pontuado por Silva (2004). Neste cenário, os sujeitos do campo incluíam-se entre os excluídos do processo educacional. Na época, argumentava-se que para lidar com a terra não era necessário saber ler e escrever, logo, a educação para os povos do campo era algo desnecessário.

A mobilização para a oferta de educação para os camponeses, por volta do século XX, foi um processo impulsionado pela modernização do campo, o qual passava por uma série de modificações e necessitava de mão de obra qualificada, que atendesse as demandas do capitalismo. (CALAZANS, 1993).

O modelo de educação implementado no período foi a Educação Rural, uma perspectiva tecnicista, cujo objetivo era a formação para o trabalho. Desvinculada das necessidades dos sujeitos do campo e sem preocupação com a formação de sujeitos críticos e emancipados.

Como a demanda por educação entre os camponeses já era evidente, essa preocupação com a oferta educacional também foi uma metodologia adotada para impedir que estes deixassem o espaço rural, o que ocasionaria a falta de mão de obra em um momento de alta demanda e o “inchaço” nas cidades. (SANTOS, 2018)

Compreender o processo inicial do acesso à educação pelos camponeses é crucial para que caminhemos nas reflexões acerca das desigualdades enfrentadas por estes até os dias atuais, principalmente quando o assunto é a defesa por políticas públicas equitativas.

Analisando a história, percebemos que muitos avanços foram alcançados,

sobretudo a partir da nossa Constituição Federal de 1988, a qual institui a educação como direito de todos e dever do Estado. Obviamente, seria ingênuo acreditar que isso garantiria o acesso dos camponeses a educação imediatamente, mas trouxe novas possibilidades.

No tocante a possibilidades, destacamos a importante menção na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996) a qual descreve que a educação em espaços rurais precisa se adequar a realidade. Isso nos traz a possibilidade de uma educação contextualizada, dialogando com as necessidades dos camponeses.

Pensar a necessidade de uma educação básica de qualidade no campo nos interessa porque ela antecede a educação superior, os camponeses não alcançarão níveis mais elevados de instrução se não tiverem uma educação de base que propicie isso.

Isso posto, refletimos que o negacionismo do direito a educação aos povos do campo a longos tempos, gerou para esses sujeitos uma série de consequências, sendo uma delas o acesso tardio ao ensino superior. Com isso, tem-se até os dias atuais um reduzido número de estudantes do campo nas instituições de ensino superior.

Diante de tal cenário de desigualdade no acesso a educação, sobretudo no que tange a educação superior, observa-se a importância de políticas públicas equitativas, estas que possibilitam que estes sujeitos historicamente vitimados pela exclusão, venham a alcançar níveis de ensino mais elevados.

Das políticas...

Na perspectiva de Dias e Matos (2012), políticas públicas são ações do Estado visando concretizar o que consta em lei, visando promover equidade de direitos na sociedade. Sendo assim, o Estado atua por meio destas políticas para promover o bem-estar social, evitando que determinados sujeitos sejam impedidos de acessar certos direitos.

Vale destacar que em sua atuação, o Estado não age com neutralidade. No processo de elaboração e efetivação destas políticas existem fatores influenciadores, como as demandas do capitalismo, por exemplo. Em prática, estas políticas trazem em seu bojo intencionalidades que muitas vezes não correspondem com as reais necessidades dos seus destinatários. (HOFLING, 2001)

Na mesma perspectiva, Oliveira 2010, p. 5 define que “[...] políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação.” (Oliveira 2010, p. 5). Aqui neste trabalho, compreendemos que as políticas de acesso ao ensino superior são ações do Estado visando possibilitar o acesso ao

ensino superior, estas que em sua maioria possuem caráter equitativo, possibilitam que sujeitos antes excluídos, consigam acessar o ensino superior.

A exemplo de políticas recentes com estas características, cita-se o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), Programa Universidade para Todos (Prouni), Sistema de Seleção Unificada (Sisu), e o próprio Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), por meio do qual se ampliou o número de instituições de nível superior no país, possibilitando que mais estudantes menos abastados acessassem o ensino superior.

Tem-se também algumas políticas específicas para os povos do campo, que traz entre seus objetivos a inserção destes sujeitos ao ensino superior, tais como O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), As Licenciaturas em Educação do Campo (LEDOCs), Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor).

Apesar de termos uma série de políticas que favorecem o acesso dos sujeitos do campo ao ensino superior público, os primeiros dados da pesquisa que ora se apresenta, evidenciam que a democratização do acesso ao ensino superior com tal característica, ainda é uma realidade distante para alguns jovens do campo.

2.1 Resultados e discussões da pesquisa

Como dito, este estudo é parte de uma pesquisa que se encontra em desenvolvimento. Ela tem como lócus a comunidade camponesa Orobó, localizada na cidade Valença, Baixo Sul da Bahia. Orobó é pertencente ao território Guerém, de identidade indígena. Sua cultura é enriquecida pelas heranças do povo indígena Guerém e pelo povo quilombola.

Rico em fauna e flora, Orobó possui cerca de 13 mil habitantes, estes que em sua maioria sobrevivem da agricultura familiar. Por meio da produção agrícola, Orobó é responsável por boa parte dos alimentos que abastecem o município ao qual pertence, sendo muito importante para Valença. (MEMÓRIAS DO BAIXO SUL, 2024)

Em termos educacionais, a comunidade possui escolas que vão dos anos finais até o ensino médio, possibilitando que os oroboenses cursem toda a educação básica sem precisarem se deslocar para a cidade. O que é um ponto muito significativo, como já problematizado neste estudo.

A pesquisa tem sido desenvolvida na comunidade tendo como alvo os jovens

oroboenses que ingressaram no ensino superior. Assim sendo, a primeira etapa da pesquisa consistiu em aplicação de um questionário, o qual foi desenvolvido em fevereiro de 2024.

Para tanto, após a sondagem por meio de dados buscados no colégio de nível médio da comunidade e no movimento social de jovens de Orobó, Coletivo Orobó Potências, a fim de identificar os jovens da comunidade ingressantes no ensino superior, elaborou-se um questionário para obter informações mais gerais e contribuir para o cumprimento dos objetivos da pesquisa.

O questionário abarcou 60 estudantes, sendo 46 do sexo feminino e 14 do sexo masculino. A maioria destes declarou que trabalha, sendo que alguns deles se ocupam na agricultura familiar, outros no comércio da cidade, e outros ainda, em atividades relacionadas a área de formação.

A maioria dos jovens oroboenses investigados, não são casados e uma minoria possui filhos. Quase todos revelaram ter cursado toda a educação básica em escolas do Orobó, apenas 8 apontaram ter estudado em outras localidades.

Dos 60 colaboradores, 48 ingressaram no ensino superior, enquanto 14 não ingressaram. Sendo que dos não ingressantes, apenas uma estudante apontou não ter interesse em futuramente fazer um curso de nível superior.

Dos 48 jovens que ingressaram no ensino superior, apenas 11 foram acolhidos em instituições públicas, sendo que 35 concentram-se nas instituições privadas e em sua maioria sem acesso a nenhuma política de apoio. Tais dados nos conduzem a fazer uma reflexão acerca da efetividade das políticas de acesso ao ensino superior público existentes no país atualmente. Por que estas políticas não estão chegando efetivamente aos jovens de Orobó?

No que tange as políticas de acesso, percebeu-se que apenas o ENEM, SISU e Prouni e os vestibulares, aparecem nas respostas dos jovens investigados, as demais políticas, até mesmo as que são específicas para a formação dos camponeses em nível superior, não foram mencionadas, apontando que não têm chegado aos sujeitos jovens oroboenses.

Zago (2006), ao estudar sobre o acesso de estudantes de classes populares ao ensino superior, problematiza que os desafios começam desde os exames e vestibulares. Como pontua a autora, muitos destes sujeitos se consideram incapazes de conseguir uma boa nota, na maioria das vezes fazem as provas inicialmente como “[...] um “exercício”, “uma experiência” para se familiarizarem com o sistema de provas e poder assim assegurar um diferencial na próxima seleção.” (Pg.231)

Diante dos desafios do acesso as instituições públicas, muitos estudantes acabam migrando para o setor privado, não é à toa que este último representa 75% das matrículas de nível superior, como pontuado por Sampaio (2011)

Os estudantes de Orobó não se distanciam desta realidade. Como dito, a maioria dos jovens participantes da primeira etapa de investigação, ingressaram em instituições privadas, nas quais precisam arcar com as despesas. O que nos direciona a refletir sobre como o setor privado de educação superior têm alcançado os estudantes do campo. Por que o setor privado tem chegado aos estudantes de Orobó e as políticas de acesso ao ensino superior público não?

Diante do exposto, buscamos compreender, através do questionário, se o ingresso no setor privado se deu porque não conseguiram acessar o setor público ou se ocorreu por escolha própria. Compreendemos por meio das informações colhidas que apenas 7 estudantes ingressaram no ensino superior por meio do Enem, apesar de 14 terem sido aprovados, porém não puderam cursar. Isso nos remete as discussões de Coulon (2017), Zago (2013) e Tenório e Santos (2018), acerca de que para esses estudantes, apenas as políticas de acesso não é o suficiente, visto que também precisam das condições se deslocarem até as instituições, para permanecerem nelas.

Quanto aos ingressantes, investigamos os aspectos fundamentais para que estes conseguissem adentrar o ensino superior. De acordo com as informações observadas, o fator mais relevante para os jovens tem sido a escola, o que fortifica nossa afirmativa anterior acerca da importância de termos no campo uma educação contextualizada, comprometida e que de modo efetivo atenda as necessidades dos estudantes do campo, como pontuado por Caldart (2012), Haddad (2012).

Adoçando a discussão acerca do acesso dos estudantes de classes populares no ensino superior, Zago (2006) acrescenta que para além do ingresso, a permanência para esses sujeitos também é um desafio.

Nesta perspectiva, ao investigarmos os principais fatores que possibilitam a permanência dos jovens de Orobó no ensino superior, o apoio familiar ganha destaque.

Quanto a permanência no ensino superior, “É certo que a questão das condições materiais que pesam, sobretudo, na permanência nas Universidades brasileiras, afetam muitos estudantes[...]” Tenório e Santos (2008, p.2). Nesta perspectiva, as políticas de permanência ganham importância para os ingressantes investigados. Isso é notório nos dados apontados no gráfico seguinte.

Aos analisarmos os cursos em que os estudantes oroboenses acessaram,

identificamos que 38 deles concentram-se na área de humanas, em quase sua totalidade em licenciaturas como Pedagogia, História, Letras/Inglês, Serviço Social, Música, Filosofia, Teologia, Administração de empresas, Administração, Gestão em Recursos Humanos.

Diante dos referidos dados, refletimos acerca do que Zago (2008) nos traz, a qual discorre que “[...]as dificuldades no momento da escolha da especialidade a ser seguida no curso superior são grandes.” (Pg. 231) Ainda sobre a escolha, a estudiosa acrescenta que muitas vezes “[...]a escolha do curso geralmente recai naqueles menos concorridos e que, segundo estimam, proporcionam maiores chances de aprovação[...]” (Pg. 231)

Ao contrário das análises de Zago (2008) acerca dos cursos escolhidos por estudantes menos favorecidos, os jovens de Orobó demonstraram em sua maioria terem estarem nos cursos que queriam. Infere-se que isso é um ponto positivo, visto que estes estudantes tendem a, depois de formados, atuarem nas profissões por eles escolhidas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas implementadas no nosso país com vistas a equidade no acesso ao ensino superior são ações importantes no que tange o caminhar da democratização desta modalidade de ensino, no entanto, a criação destas por si só, não traz garantia de que os sujeitos alvo serão atingidos.

Os avanços na criação de políticas de acesso ao ensino superior no Brasil são notáveis, porém, referente aos jovens do campo, ainda há muito o que se pensar, para que tais políticas cheguem a estes sujeitos, visto que até mesmo as políticas que são específicas para o campo, não têm chegado aos destinatários como deveria.

É preciso refletir também sobre a abrangência do setor privado no que se refere ao ensino superior. Como visto, este tem predominado a formação dos jovens do campo, na contramão de um projeto de defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

Reafirma-se a importância de defendermos as políticas equitativas de acesso ao ensino superior público conquistadas ao longo da história, por entender que estas fazem parte de uma luta coletiva e de longas datas. Tais políticas devem ser acessadas, vivenciadas e defendidas pelos jovens camponeses.

Contudo, apesar de nosso estudo com os estudantes do Orobó estar em sua primeira etapa de captação de dados, as primeiras informações apontaram

questões fundamentais para reflexões que precisam ser feitas e que vêm sendo evidenciadas cada vez mais em âmbito de produção científica, sendo uma delas a importância de investigações mais próximas dos jovens camponeses e o acesso a níveis mais elevados de ensino.

REFERÊNCIAS

SILVA, Maria do Socorro. **Educação do Campo e Desenvolvimento**: uma relação construída ao longo da história. 2004. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao_do_Campo_e_Developolvimento_Silva.pdf> Acessado em: 07 de junho 2023.

CALAZANS, M.J.C. **Para compreender a educação do Estado no meio rural** traços de uma trajetória. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M.N. (Org.). Educação e escola no campo. Campinas: Papyrus, 1993.

SANTOS, Marilene. **Educação do Campo no Plano Nacional de Educação**: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.26, n. 98, p. 185-212, jan./mar. 2018

BRASIL. Planalto do Palácio. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em: 11 de julho de 2024.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

HOFLING, Eloisa. **Estado e Política (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, no 55, novembro/2001.

Oliveira, Adão F de. **Políticas públicas educacionais**: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: _____; PIZZIO, Alex FRANÇA, George (Orgs.) *Fronteiras da Educação*: desigualdades, tecnologias e políticas. Goiânia: Editora PUC-GO, 2010. P. 93-99.

MEMÓRIAS DO BAIXO SUL. **Orobó**. Disponível em: <https://memoriasdobaixosul.com.br/lugares/orobo/>. Acessado em: 11 de julho de 2024.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior**: percursos de estudantes universitários de camadas populares. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.

SAMPAIO, Helena. **O setor privado de ensino superior no Brasil** continuidades e transformações. Disponível em: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed04_outubro2011/05_ARTIGO_SAMPAIO_HELENA.pdf Acessado em: 11 de julho de 2024.

COULON, Alain. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Tradução de Georgina dos Santos e Sônia Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008.

SANTOS, Dyane Brito Reis; TENÓRIO, Robinson Moreira: **Ações Afirmativas E Estratégias De Permanência No Ensino Superior** (UFRBA), 2002.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**. In. Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Haddad, Sérgio. **Direito à educação**. In. Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.